

AGROECOLOGIA & EDUCAÇÃO DO CAMPO

Aloisio Souza da Silva¹
aloisio.geopesquisa@gmail.com

Leandro Feijó Fagundes²
leandrotchesco@yahoo.com.br

O presente texto tem como finalidade contribuir com o processo de reflexão em torno da Agroecologia e da Educação do Campo. Neste sentido, serão abordados elementos que nos remetem a (re)dimensionar o tema proposto, talvez um tanto diferente do que a maioria dos autores tenham o tratado. Isso porque entendemos que merece ser refletido a partir de sua complexidade histórico-geográfica, como um desafio colocado no processo de pensar e agir sobre a realidade em diferentes escalas, numa perspectiva territorial camponesa.

O texto está estruturado em três momentos: no primeiro, tratamos das principais transformações ocorridas na agricultura, com destaque aos processos de industrialização, bem como os movimentos de resistência a esta lógica econômica; no segundo, desenvolvemos reflexões a partir do debate teórico-prático da Agroecologia, destacando os autores e suas principais contribuições para construção enquanto ciência; por fim, o tema da Educação, Agroecologia e Território camponês, como elementos intrínsecos a um mesmo processo de superação do avanço do capitalismo sobre o Campesinato.

AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA

Aproximadamente há 12.000 anos antes de nossa Era, no período neolítico, surge o polimento da pedra que permite a fabricação de machados e enxadas, essa época é marcada por outras inovações, como a construção de moradias duráveis, a cerâmica de argila cozida e os primeiros desenvolvimentos da agricultura e da criação. Ao longo dos tempos a humanidade vem passando por processos lentos de forma evolucionária, que através da cooperação técnica e cultural são transmitidos saberes e práticas. Neste sentido, contrapomos a idéia hegemônica de que a revolução verde foi um salto em termos de tecnologia e produtividade, o que temos que ter bem claro é que sistemas agrícolas complexos evoluíram em diferentes partes do mundo, usando tecnologias, que contrastam com essas teorias de invenção da agricultura moderna.

¹ Militante da Via campesina, educador nos Centros de Formação por Alternância do Espírito Santo e educando do Curso Especial de Geografia - CEGeo - Licenciatura e Bacharelado (parceria UNESP - Presidente Prudente/INCRA-PRONERA/ENFF).

² Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e educando do Curso Especial de Geografia - CEGeo - Licenciatura e Bacharelado (parceria UNESP - Presidente Prudente/INCRA-PRONERA/ENFF).

Neste sentido, a origem da agricultura é a mesma do campesinato, o qual se coloca como uma classe social historicamente definida, que se fez e se refez no trabalho familiar e comunitário e na relação direta com os elementos da natureza, desenvolvendo tecnologias próprias de cada tempo e lugar, e uma cultura complexa que se baseia em conhecimentos empíricos e cosmológicos da realidade.

Essa agricultura, dita atrasada por muitos, tem como principal característica e princípio, o respeito aos ecossistemas. Não estamos aqui endeusando os camponeses, mas sim evidenciando o papel destes nos processos de domesticação do solo, da água, das plantas, dos animais, desenvolvendo técnicas e instrumentos cada vez mais eficientes e adequados, capazes de prover a vida das comunidades. Ao lidar com os fenômenos da natureza, os camponeses produziram conhecimentos elementares que, posteriormente, alguns, foram sistematizados e até patenteados pela ciência moderna, contrariando por completo a perspectiva solidária e comunitária dos camponeses.

Sem dúvidas, as insistências, sobretudo teóricas, da ausência do campesinato na sociedade contemporânea em função de sua integração direta ou indireta com o mercado capitalista, faz parte de um projeto social dominante que tem como perspectiva a inserção e a integração sistemática de tudo e de todos à lógica do capital. Pelo contrário, entendemos que estas relações são parte de uma estratégia, que os camponeses adotaram de forma involuntária, de sobrevivência às “intempéries” da história para garantir sua reprodução social, não perdendo sua originalidade essencial que é a capacidade de trabalhar e viver com e na terra.

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no “uso” como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês. (MARQUES, 2008).

Essa agricultura “esquecida” precisa ser reafirmada como um modo de vida, que estabelece relações de produção e de reprodução sócio econômica que detêm em sua gênese, relações não capitalistas, a fim de construir soluções concretas que incorporem todas as dimensões complexas da vida humana, para que o quadro atual que congrega um conjunto de crises que se manifestam na concentração fundiária e demográfica, degradação ambiental, erosão cultural e genética, dentre outros aspectos, seja modificado radicalmente.

A busca por alternativas a este modelo deve passar, principalmente, pela mudança de concepção de agricultura e de campo, ou seja, pela maneira de planejar o “desenvolvimento territorial” não mais vinculada única e exclusivamente aos interesses da indústria capitalista, como propunha a lógica desenvolvimentista dos Estados nacionais da América Latina, baseados na orientação da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, sobretudo a partir da década de 1950, que integra a produção agropecuária à produção industrial em duplo sentido: 1 - utilização de máquinas e insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos) e outras tecnologias

de produção; 2 - destinação direta dos produtos à indústria, através da integração e da especialização, priorizando o comércio exterior.

Sólo através de un cambio en las pautas del desarrollo, abandonando un modelo de agricultura industrial destinada a la exportación, basada en un sistema de libre comercio, de grandes explotaciones, concentración de las propiedades y desplazamiento de las personas, poderemos frenar la espiral creciente de pobreza, bajos salarios, migración del campo a La ciudad, y degradación ambiental. (ROSSET, 2007. p. 172).

Quando ocorreu a grande crise do capitalismo nos anos de 1870 a 1896, a agricultura passou a ser subordinada a indústria. Ocasionalmente pelo avanço da indústria química e mecânica do século XX, a nova visão de agricultura, submetida pelos grandes grupos capitalistas, era produzir somente para o mercado.

Esta visão reducionista de se lidar com os recursos naturais, foi chamada na época de “revolução verde”. Este período foi marcado pela geração de conhecimentos tecnológicos destinados a agropecuária no mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia. (BELATOS apud ZAMBERLAM & FRONCHETI, 2001).

No início da década de 1950, esta concepção de agricultura química foi introduzida no Brasil com o objetivo de aumento de produção. Em pouco tempo, o espaço agrário brasileiro foi modificado, abandonando as formas artesanais de produção em favor das tecnologias industriais. Desta maneira, agravou-se as desigualdades sociais, visto que priorizou-se o latifúndio em detrimento do minifúndio, que era tido como inviável e incapaz de produzir alimentos satisfatoriamente, ainda mais para atender ao mercado externo.

A implantação deste modelo de agricultura fez parte dos projetos desenvolvimentistas, com efetiva participação do Estado aliado ao capital internacional, gerando uma economia desigual e combinada entre centro e periferia.

A economia periférica é especializada e heterogênea. Especializada porque a maior parte dos recursos produtivos é destinada à ampliação do setor exportador. As novas tecnologias são incorporadas apenas nos setores exportadores primários e atividades diretamente relacionadas, que coexistem com setores atrasados dentro do mesmo país. Por isso a periferia é heterogênea, pois nela coexistem setores atrasados com setores de elevada produtividade (setores exportadores). Já a economia dos centros é diversificada e homogênea. No sistema econômico mundial, cabe a periferia produzir e exportar matérias-primas e alimentos, devendo os centros produzir e exportar bens industriais. O conceito de centro-periferia demonstra a desigualdade inerente ao sistema econômico mundial, com a distância entre centro e periferia tendendo sempre a aumentar. (PREBISH apud BERCOVICI, 2003).

Este modelo de agricultura produziu, se não a maior, a mais importante contradição da sociedade brasileira que é a concentração da terra versus a concentração demográfica, com maior acentuação a partir dos anos 60, com fortes migrações para a região sudeste do Brasil. Não

obstante, isso provocou problemas de várias ordens, sobretudo no que diz respeito às condições de vida da população e uso e conservação dos recursos naturais. Dentre estes, destacamos o uso exagerado de agrotóxicos, ocasionando envenenamento dos agricultores, dos alimentos, do solo e da água, pelo uso crescente dos agrotóxicos, colocando o Brasil entre os seis maiores importadores entre os anos de 2000 e 2007, participando com 4% do total das importações mundiais (ANVISA, 2010).

Várias teorias e estudos apontam que a humanidade nunca viveu em sua fase de civilização, momentos que se comparam ao atual, principalmente os relacionados ao meio ambiente, que pelo uso sem limites impostos pelo capital, vem nas últimas décadas comprometendo a capacidade de reprodução da biosfera, gerando um déficit ambiental para as futuras gerações. A todo o momento é propagandeado pela mídia a derrubada de florestas tropicais, como é caso da Amazônia, um dos maiores depositários de biodiversidade.

Embora muitos argumentem que esta problemática é característica dos países considerados subdesenvolvidos no sentido de culpá-los por isso, entendemos o contrário, pois o subdesenvolvimento é elemento de uma lógica da divisão internacional do trabalho e da geoeconomia mundial. É uma fase necessária aos países desenvolvidos e não uma fase ou estágio do desenvolvimento econômico, ou seja, “o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1989).

Embora seja comum associarmos crescimento econômico à desenvolvimento, aqui faremos uma distinção, concordando com Bercovici (2003), que afirma que quando não ocorre nenhuma transformação, seja social, seja no sistema produtivo, não se está diante de um processo de desenvolvimento, mas da simples modernização. Com a modernização, se mantém o subdesenvolvimento, agravando a concentração de renda.

Mais recentemente, este modelo econômico agroexportador, ganha outra nomenclatura, conhecida como AGRONEGÓCIO, marcada por uma nova geração tecnológica de modernização do campo, que se articula e se efetiva por meio de várias frentes articuladas e simultâneas, dentre elas a educação escolar, através dos cursos de capacitação que especializam a mão-de-obra e propagam a ideologia do empreendedorismo rural no imaginário popular camponês.

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista [...] É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias [...] (FERNANDES, 2004).

Podemos então, afirmar que o agronegócio é um processo de modernização das atividades agropecuárias, e não um desenvolvimento econômico como consta nos discursos e planejamentos territoriais, articulados pelo Estado a partir dos interesses do capital.

No início do século XX, mais especificamente na década de 1920 surgiram as primeiras correntes alternativas ao modelo industrial ou convencional de agricultura. Estas por sua vez, preconizavam o uso de práticas de cultivo que favoreciam os processos biológicos dos ecossistemas locais. Podemos considerar quatro grandes vertentes: agricultura biodinâmica, biológica, orgânica e natural, como veremos no quadro a seguir:

Vertente	País - Período	Pensador/es	Características
BIODINÂMICA	Alemanha 1924	Rodolf Steiner	Esse método preconizava a moderna abordagem sistêmica, entendendo a propriedade como um organismo sadio, onde solo, planta, animais e o homem convivem em harmonia e a fertilidade é a base de sua auto-suficiência. Steiner ressaltou a importância das relações entre o solo e as forças de origem cósmica da natureza, recomendou o uso de preparado biodinâmico elaborado por ele. Este método foi difundido pelos praticantes da antroposofia.
ORGÂNICA	Inglaterra 1925 a 1930	Albert Howard & Jerome Irving Rodele	Fundamenta-se no uso de composto orgânico, aproveitando os resíduos internos da fazenda. Howard inventou o processo “indore” de compostagem, que aprendeu com agricultores indianos.
NATURAL	Japão 1930 a 1940	Mokiti Okada	Preconiza a menor alteração possível no funcionamento natural dos ecossistemas, não usa aração, rotação de culturas nem o uso de compostos oriundos de esterco animal. Mais recentemente, a agricultura natural tem se concentrado no uso de um preparado biológico, EM (Microorganismos Eficazes). Essa corrente é ligada e difundida pela igreja Missiânica e pelo mestre Masanobu Fukuoka.
BIOLÓGICA	Suíça 1930	Hans Peter Muller	Os aspectos econômicos e sócio-políticos eram à base da proposta, se preocupando com a autonomia dos produtores com a comercialização direta aos consumidores. Foi na França, em 1960, que a agricultura biológica mais se difundiu, tendo como difusor Claude Albert, que propunha a saúde das plantas, conseqüentemente dos alimentos, dando-se por meio da manutenção da “saúde” dos solos. Este princípio apóia-se em um tripé, cujas bases de igual importância são: o manejo dos solos, a fertilização com fosfatos naturais, basalto e rochas calcárias, e a rotação de culturas.

Fonte: Revista Reforma Agrária & Meio Ambiente³ organizado pelos próprios autores.

As correntes citadas anteriormente são as primeiras a contestar o modelo imposto pela lógica da economia industrial para a agricultura. Na busca de alternativas, na perspectiva de um

³FAGUNDES, L.F. Agroecologia. Revista Reforma Agrária & Meio Ambiente, Brasília, ano 1 – nº 1 p. 16 – 20, Nov. 2006.

modelo rural sustentável, surgem os movimentos ambientalistas da década de 80, que se colocam radicalmente contra o modelo produtivo, calcado na revolução verde. Esses movimentos visavam, sobretudo, gerar um debate a respeito das consequências do modelo agroindustrial para a população e para o meio ambiente, cuja preocupação geral estava no propósito de valorizar os aspectos sócio culturais da produção agrícola.

Neste sentido, todas as iniciativas sócio-político-econômicas de contraposição ao capital, precisam se colocar na dimensão territorial, ou melhor, na perspectiva de organização do território sob outra concepção de campo e de desenvolvimento, que vai para além do crescimento econômico, mas que considera as múltiplas dimensões do território camponês. Talvez, essa questão seja relativamente nova na discussão em torno da agroecologia e da educação do campo. Porém, não porque as elaborações desconsideraram as questões colocadas, mas sim, porque colocamos a agroecologia no plano da dimensão do planejamento territorial, e a educação como principal meio de efetivação desta perspectiva.

Isso significa que precisamos desvincular as pesquisas e práticas desses interesses, e proporcionar uma produção de técnicas e equipamentos menos nocivos ao ambiente, com base ecológica e que possam estar à disposição de todos, redirecionando a produção para além dos interesses econômicos do grande capital, colocando-os no plano da sociedade.

Em vista deste quadro, surge uma nova perspectiva de discussões que defendem a **Agroecologia** e a **Educação do Campo** como uma possível superação ao modelo atual de ordenamento e organização territorial do campo. Mas, apesar de todo este empenho, encontramos dificuldades de entender e “operacionalizar” estes conceitos, haja visto que muitos tratam como uma substituição de pacotes, do químico para o orgânico, tendo somente um caráter econômico, no caso da Agroecologia, e da escola da cidade por uma escola do campo, no caso da Educação do Campo.

Então, será que ambas as perspectivas, embora relevantes, não apresentam limitações, pela primeira reduzir-se à dimensão econômica do campo, e a segunda a educação à escola? Talvez esta questão seja um tanto impactante e provoque inquietações, pois de maneira geral há um entendimento de que avançamos mais na concepção da educação do que na de escola especificamente. Porém, contraditoriamente, os apontamentos de outra lógica educativa têm se resumido às ações da escola.

Esta, por sua vez, também possui suas limitações históricas, por cumprir um papel específico no processo educativo. Em algumas situações, não temos conseguido traduzir para nosso cotidiano, todas as análises teórico-conceituais da Educação do Campo, embora haja experiências diversas e ricas, de grande relevância.

Portanto, não se trata aqui de diminuir ou mesmo subjugar sua capacidade e função sócio histórica. Muito pelo contrário, entendemos que a escola tem muitas contribuições a oferecer numa perspectiva agroecológica, por ser um espaço privilegiado de reflexão e análise da realidade concreta, de produzir estímulos que contribuem com a formação de personalidades, de

leituras e atitudes diante do mundo. É dotada de conhecimento sistematizado e composta por instrumentais pedagógicos.

A questão colocada é o desafio de construir, na concretude das relações sociais, outra perspectiva de organização da economia e da sociedade, onde a complexidade da educação se efetive na perspectiva agroecológica, em várias dimensões da vida camponesa, tendo a escola tarefa fundamental neste processo, a de servir de “coração” que pulsa a vitalidade da possibilidade de romper com a lógica da economia industrial.

A agroecologia, neste sentido, passa a ser tratada aqui como a organização do território camponês, e a escola como principal mecanismo de construção desta possibilidade, de contribuir concretamente com a “re-educação” das relações que se efetivam na vida cotidiana.

O DEBATE DA AGROECOLOGIA

A partir destes movimentos, surge a agroecologia, que passou a se firmar como disciplina científica, principalmente a partir dos pesquisadores Miguel Altieri e Stephen R. Gliessman. Estes autores definem a agroecologia como uma das formas de desenvolvimento capaz de criar um novo conceito de agricultura sustentável, já que os estudos agroecológicos davam conta de algo que a agronomia convencional não valorizava: a integração dos diferentes campos do conhecimento agrônomo, ecológico e sócio econômico. Neste momento, ocorre uma compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. (ALTIERI, 2000).

Nesse sentido, a agroecologia carrega em seu interior, além da preocupação com o equilíbrio de agroecossistemas, a responsabilidade de tentar servir de alternativa para a busca de um novo caminho de desenvolvimento sócio econômico, principalmente para os países em desenvolvimento. Diferente da agricultura orgânica, biológica, natural ou da biodinâmica, que visam basicamente produzir alimentos mais saudáveis a custos menores, a agroecologia tem consigo uma preocupação maior e bem centrada nas questões sociais.

Segundo Sevilla (1999?), a agroecologia constitui o campo dos conhecimentos que promovem “manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo, desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social, e deste modo, restaurar o curso alterado da co-evolução social ecológica. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relações das sociedades rurais, articulados em torno à dimensão local, onde encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sócio-cultural. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das quais se

pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimentos endógeno, para estabelecer dinâmicas de transformação em direção as sociedades sustentáveis”.

Não podemos confundir a agroecologia com um modelo de agricultura que adota determinadas práticas ou tecnologias agrícolas, e, muito menos, como oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, em oposição aqueles característicos dos pacotes tecnológicos da revolução verde. (CAPORAL e COSTABEBER, 2000).

Segundo alguns autores, a idéia de transição na agroecologia é entendida como um processo gradual e multilinear de mudanças, que ocorrem através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas. Mas sempre tratando-se de um processo social, pois depende sempre da intervenção humana.

A agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos humanos e ambientais. Enfoca a forma, a dinâmica e as funções dos conjuntos das inter-relações e de processos nos quais estes elementos estão envolvidos, constituídos, assim, uma grande teia.

A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquela que seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: baixa dependência de inputs comerciais; uso de recursos renováveis localmente acessíveis; utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes da dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; preservação da diversidade biológica e cultural; utilização do conhecimento e da cultura da população local; e produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (GLIESSMAN, 1990).

Entretanto, refletindo-se sobre a práxis da agroecologia, não única e exclusivamente voltada para as ações sócio-econômicas, mas sim procurando trazer elementos da lógica de funcionamento do campesinato, percebe-se que estes por sua vez trazem princípios agroecológicos.

Ao analisarmos o conceito proposto por Sevilla (1999?), verifica-se que o ponto de partida é a relação homem natureza, onde o homem sempre procurou de certa forma dominar a natureza, e a base para um processo agroecológico sem dúvida é a ruptura desta lógica, perpassando por uma ação social coletiva, a fim de protagonizar um desenvolvimento participativo, que tenha como ponto de partida a dimensão local, pois os sistemas de conhecimento endógenos são portadores, na sua essência da co-evolução social ecológica e cultural.

A agroecologia é essencialmente camponesa, a história humana tem suas raízes no campesinato, por isto que podemos dizer que a agroecologia é o meio pelo qual abrangeremos todos os elementos humanos e ambientais. Neste sentido a visão da agroecologia precisa de uma dimensão que vá para além da agricultura sustentável e consolide uma ação social permanente e incorpore a multidimensionalidade camponesa.

Todavia, em uma sociedade capitalista tanto a agricultura como outras dimensões da vida são levadas a imagem e semelhança da forma capitalista de se pensar o mundo. Segundo Fernandes (2009), ***capitalismo se estabelece com a condição do território capitalista***, mas no seio do território capitalista, surgem relações não capitalistas, que por sua vez produzem outros territórios não capitalistas. Portanto, esta é a oportunidade histórica que tem o camponês e a educação do campo conceber a agroecologia como uma totalidade multidimensional, saindo da dimensão econômica. Fernandes (2009), quando trata da dimensão do território, traz este como ***totalidade e multidimensionalidade***, onde ***as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais***.

Nesta perspectiva, coloca-se em jogo dois projetos de desenvolvimento, um pautado na agricultura familiar integrada ao capital, que tem como característica no discurso governamental a não conflitualidade existente no campo brasileiro, onde todos podem entrar na lógica de exploração capitalista, e um outro, pautado pelo modo de vida camponês, que coloca a agroecologia na dimensão da conflitualidade “Campepinato X Agronegócio”. Este último tem em sua lógica a exploração dos recursos naturais de forma predatória em nome do lucro.

Portanto, a agroecologia está intrinsecamente ligada à concepção camponesa, tornando-se um elemento fundamental para uma nova organização territorial. No sentido de que o camponês é agroecológico e a agroecologia é camponesa, a constituição e a organização das multidimensionalidades do território camponês, passam necessariamente pela agroecologia.

A EDUCAÇÃO, A AGROECOLOGIA E O TERRITÓRIO CAMPONÊS

O campo pensado como um território compreende outras dimensões para além da econômica, superando as perspectivas capitalistas de organização da produção agropecuária.

O campo pode ser pensado como território ou como setor da economia. O significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias. Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias. (FERNANDES, 2006).

Nesse sentido, a educação entendida como os processos complexos da formação humana transcende as paredes da instituição escola, pois se faz historicamente por meio do conjunto das relações sociais que compõem as amplas inter relações da sociedade e natureza.

Porém com o processo histórico de organização da economia baseada na indústria, como nos referimos anteriormente, os territórios camponeses foram, de certa forma, contaminados com esta lógica, configurando um quadro atual, também complexo, que exige uma superação cada vez

mais imediata, dado o conjunto de problemas de ordem social e ambiental vivenciados pela sociedade contemporânea.

Neste sentido, a agroecologia se coloca, sobretudo em uma perspectiva real concreta de reorganização do território baseado em valores camponeses, que se manifestam na cultura, na política, na economia, e em outras dimensões da vida. A educação é o meio pelo qual a política econômica se efetiva na sociedade, sendo assim um projeto político econômico de organização do território camponês, exige uma educação camponesa que vá para além da instituição escola, ou seja, vários espaços e momentos de uma determinada comunidade camponesa se transformam em educativos, como por exemplo, o mutirão, a igreja, a festa... e a própria escola.

Isto não significa que estamos descartando esta instituição social, muito pelo contrário, estamos redimensionando sua função sócio-histórica. A escola é o organismo social responsável pela elaboração do conhecimento sistematizado de uma dada realidade concreta, as teorias político-pedagógicas precisam se efetivar na prática cotidiana do ambiente escolar. Então se a perspectiva que colocamos ao território camponês é a agroecologia, como transformarmos a escola em uma escola agroecológica?

Em primeiro momento afirmamos que a principal característica desta escola é ser uma escola “sem paredes”. Isto significa que a escola não deve ser isolada da realidade social na qual ela esta inserida. Entendendo-a como um espaço privilegiado de uma reflexão sistemática, a realidade concreta deve ser objeto permanente de investigação por meio de instrumentos pedagógicos apropriados a cada ciclo da formação humana.

A investigação, que em primeiro momento parte do concreto, deve se distribuir, em segundo momento, no conjunto das disciplinas escolares para que estas tenham condições pedagógicas de dialogar entre si e com elementos da realidade, por meio de uma linguagem própria de cada momento escolar, garantindo assim o processo de aprofundamento científico, a fim de projetar uma realidade possível com o tecido social que a compõe, neste caso específico, os educandos e sua respectiva comunidade, ou seja, seu território.

Como afirmamos anteriormente que o campesinato produz relações sócio-econômicas não capitalistas, a superação do modelo de agricultura que contaminou o território camponês, só pode ser efetivada pela própria lógica camponesa, ou seja, pela agroecologia. Porém, entendemos que escola é espaço e ao mesmo tempo objeto de disputa de perspectivas territoriais antagônicas, que se manifestam na própria estrutura pedagógica como também nos currículos e conteúdos escolares. Isto significa que não somente a postura política do educador é suficiente para romper por completo com este conflito, mas vale ressaltar que sem ela, de maneira ética e coerente, esta vitória é completamente impossível.

O mesmo acontece com a agroecologia tanto como conceito, quanto como prática. A disputa se dá principalmente na lógica, na finalidade e na forma de apropriação dos produtos resultantes do trabalho agroecológico. Para o capital, o valor de troca sobrepõe o valor de uso, ou seja, o que importa é o valor equivalente deste produto a outras mercadorias, visando sempre à

acumulação privada do capital através do aumento das taxas de lucro, isto se dá através da integração dos produtores agroecológicos (comumente reconhecidos pelas certificadoras) ao mercado capitalista de alimentos. O campo, nesta lógica é um simples local de produção de mercadorias, logo é compreendido unilateralmente pela dimensão econômica

Para o campesinato, ao contrário, o valor de uso sobrepõe o valor de troca, ou seja, a apropriação do produto resultante do trabalho agroecológico prima pela sua qualidade material no processo de apropriação sócio-coletiva de alimentos, e cultural, pois nas relações sociais de trabalho produz-se cultura, sentimento, afeto e apego, tanto aos produtos, bem como ao lugar de produção, neste sentido o território camponês transcende a lógica econômica e se transforma em um espaço de viver, morar, trabalhar, estudar, etc.

Outro elemento de disputa é a questão da tecnologia, que tanto se faz presente na escola, quanto na agroecologia. Na ótica do capital, a agroecologia compreende um pacote tecnológico, inclusive com um conjunto de receituários agrônômicos que podem ser aplicados em realidades distintas sobre a mesma fórmula e que pode ser difundido através dos órgãos de assistência e escolas técnicas. A escola neste contexto se coloca como um espaço de reprodução de um padrão tecnológico previamente estabelecido onde a pesquisa e a experimentação não significam a produção do conhecimento a partir de realidades específicas e sim padrões homogêneos.

Do ponto de vista do campesinato, a tecnologia é um conjunto de práticas e de relações entre a sociedade e a natureza, que se dão de maneira dialética, onde ao mesmo tempo em que o camponês é produtor do espaço é, também, produto social historicamente definido. Sendo assim, a tecnologia é um patrimônio social coletivo.

Neste contexto a escola se coloca como um espaço pedagógico-dialético de produção de conhecimento a partir da realidade contraditória, que se efetiva através do diálogo, elemento chave da iniciação e da produção científica. Produzir um conhecimento agroecológico na sociedade contemporânea exige de nós a superação da dicotomia entre a ciência moderna e a sabedoria tradicional, onde nem uma nem outra se coloca num plano de maior ou menor importância, mas se complementam por uma necessidade histórica.

A prática e a teoria não se separam, embora tenham características que se distinguem do ponto de vista analítico da epistemologia. A *práxis* dos/as educadores/as é elemento central neste contexto, pois exige: lucidez científica em sua área de atuação específica, com domínio de mecanismos e instrumentos que potencializem o processo de ensino aprendizagem; consciência metodológica e procedimental. Estes elementos são centrais para um processo de transformação da sociedade, contrapondo a lógica do capital. Portanto o educador traz consigo a condição histórica de promover, dentro de seu contexto social, mudanças gradativas e significativas para a classe trabalhadora, mas para isto sua postura ética, no caso do educador do campo, tem que convergir com a lógica camponesa, que tem na sua raiz a agroecologia.

Neste sentido reafirmamos que muita coisa esta sendo feita, mas precisamos refletir constantemente sobre nossas ações, a fim de colocar a escola num contexto que proporcione

uma educação de caráter libertador emancipatório, ou seja, uma escola sem paredes, que dialogue com a realidade, proporcionando elementos de reflexão para os movimentos sociais. Não queremos aqui transferir toda a responsabilidade para a escola, mas identificar o papel que esta pode cumprir na elaboração de propostas que contrapõem a ideologia capitalista.

De maneira geral, entendemos que o instrumento político real da classe social camponesa, que tratamos hoje como movimento social camponês, precisa se colocar primordialmente como um ente planejador de seu território, caso contrário, ficará sempre a mercê da lógica do planejamento do Estado, que, pela experiência, entendemos que é a lógica do capital. Ou superamos este desafio histórico ou estamos fadados a derrota e a manutenção do *status quo*.

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000.

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Monitoramento do mercado de agrotóxicos**. Disponível em http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/07ee7e0041d81501a0d9f5255d42da10/estudo_monitoramento.pdf?MOD=AJPERES (acessado em 18 de agosto de 2010).

BERCOVICI, G. **Desigualdades Regionais, Estado e Constituição**. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e reforma agrária**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf (acesso em 18 de agosto de 2010).

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. A pesquisa em Educação do Campo, v. XX, p. X-I, 2006.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FURTADO, Celso, **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**, 10ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

GLIESSMAN, S. R. Quantifying the agroecological component of sustainable agriculture: a goal. In: GLIESSMAN, S. R. (ed.). **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**. New York: Springer - Verlag, 1990. p.366-399.

FAGUNDES, L.F. **Agroecologia**. Revista Reforma Agrária & Meio Ambiente, Brasília, ano 1 – nº 1 p. 16 – 20, Nov. 2006.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Presidente Prudente: revista NERA. Ano 11.nº12.p 57-67, 2008.

MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence – **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea** [tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. - São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2000.

ROSSET, Peter M. **Mirando hacia el futuro: La Reforma Agraria y la Soberanía Alimentaria**. Revista Internacional de Ciências Sociales. Nº 26 / 2007.p.167 – 182.

SEVILLA, E. G. **Agroecologia: Un enfoque sustentable de la agricultura ecológica**. Lectura nº 2-3 del modulo de trabajo personal: Programa Interuniversitario Oficial de Posgrado: Universidad Internacional de Andalucía, [1999?]

ZAMBERLAM, Jurandir & FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.